

SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES: Requalificação Ambiental para a Área Central de Mogi das Cruzes, SP

SPARE SPACES SYSTEM: Environmental Requalification for the Central Area of Mogi das Cruzes, SP

**A. Maria Cristina Lopez Ferreira & B. Michelle Hasegawa & C.
Suelen Suzuki**

*Mogi das Cruzes, Mogi das Cruzes School of Architecture; Universidade de Mogi das Cruzes,
Brasil*

mcdlopezferreira@gmail.com

miih.hasegawa@gmail.com

suelenmayumisuzuki@gmail.com

RESUMO

O presente artigo visa analisar os Espaços Livres, públicos e privados, do Centro Histórico e Tradicional do Município de Mogi das Cruzes - SP - Brasil, aplicando a metodologia de diagnóstico do QUAPÁ - SEL/FAUUSP, compreendendo esses espaços como integrantes de um sistema, e assim buscar soluções que venham mitigar os impactos causados pela alta densidade construtiva, bem como realizar uma análise crítica do processo de urbanização e das alterações ocorridas no desenho da cidade por meio das aplicações das leis de uso e ocupação do solo. Verificar ainda a relação do espaço – objeto de estudo com o Município e considerar os pontos mais relevantes para as suas conexões. Dessa forma, poderá ocorrer a melhoria da qualidade de vida e ambiental, além da mitigação dos efeitos causados, como as ilhas de calor formadas pela própria densidade construtiva, baixa capacidade de permeabilidade do solo e a insuficiência de massa arbórea.

Palavras-chave: espaços livres, requalificação ambiental, Mogi das Cruzes, Brasil.

Linha de Investigação: Cidade e Ambiente.

Tópico: Meio ambiente, paisagem e alterações climáticas.

ABSTRACT

This article aim to analyze through the spares spaces, public and private of History Center and Traditional of City of Mogi das Cruzes - SP - Brazil, applying the diagnostic methodology of QUAPÁ - SEL/FAUUSP, understanding those spaces as members of a system, and so share solutions that come in mitigate the impacts damaged for high constructive density, as well accomplish an critical analysis about the process of urbanization and the changes occurred on urban draw through the law of use and occupation of space. Yet, verify the relation

of area - study object with the city, and consider the most relevant points for your connections, therefore it'll can improve the quality of life and environmental, besides mitigating of effects that have been causing heat islands like for own constructive density, low permeability capacity of ground and insufficiency of tree mass.

Keywords: spares spaces, environmental requalification, Mogi das Cruzes, Brazil.

Research line: 2. City and Environment.

Topic: Environment, landscape and climate change.

1. Introdução

Uma cidade precisa ter o olhar voltado para as pessoas e ao coletivo, ser capaz de suprir suas necessidades atrelados a ter uma boa infraestrutura, fornecer bem-estar aos seus usuários e expressar a importância da integração das pessoas com o meio social. Com a presença de leis pujantes e progressistas, incentivos sociais e questões de sustentabilidade, dentre outros fatores, pode-se estimular a visão macro que o planejamento urbano possui.

A cidade é o meio que, substituído ao ecossistema natural, permitiu a sobrevivência do ser humano, sendo o espaço livre público destinado ao uso coletivo onde são realizadas diversas atividades, tornando-se um local onde as pessoas convivem interagindo com este novo meio (Gasparini e Fontes, 2002: 319)

Nesse sentido, a pesquisa pretende levantar e destacar a importância que os espaços livres possuem em relação ao bom funcionamento de uma cidade, considerando seu papel em questões sociais, ambientais, e também em como estes espaços podem vir a solucionar e/ou mitigar os problemas encontrados, com foco principal nos conflitos ambientais.

A identificação dos espaços livres é imprescindível e de grande valor quando tratamos da requalificação de determinada área, seja o espaço público ou privado. Um espaço livre funciona como uma tela em branco, uma porta para oportunidades e potenciais pertinentes para a sua área, uma forma de reconectar a paisagem urbana e meio ambiente.

O desafio das grandes cidades é o crescimento e o desenvolvimento urbano que proporcionem geração de riqueza, qualidade de vida e qualidade ambiental para seus atuais e futuros habitantes. Esse é o princípio do desenvolvimento sustentável, o qual estabelece o meio ambiente como ponto comum e de equilíbrio entre a tecnologia e o progresso, na escala onde a vida acontece: o espaço urbano (Araujo & Caram, 2006: 149).

O estudo se passa no município de Mogi das Cruzes, situado no Estado de São Paulo – Brasil, na região do Alto Tietê, atualmente com 433.901 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2017). Em seu território, há duas serras: Serra do Itapeti e Serra do Mar, cuja hidrografia é marcada pela sub-bacia Alto Tietê/Cabeceiras, com grande destaque ao Rio Tietê.

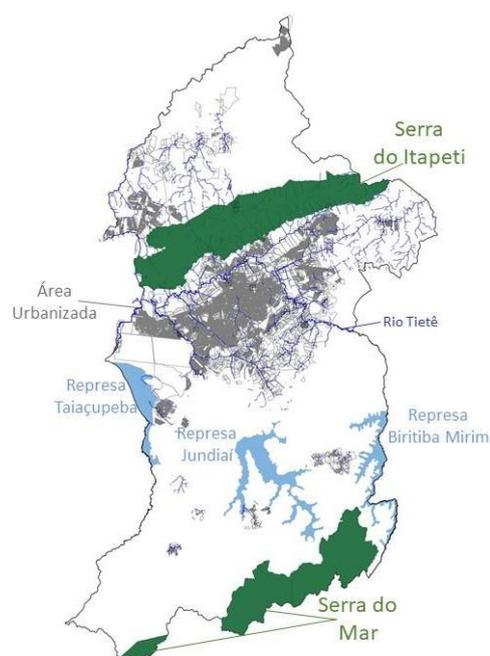


Fig. 01 Mapa de Situação do Município de Mogi das Cruzes. Fonte: (Plano Diretor de Mogi das Cruzes e próprios autores, 2018.)

Mogi das Cruzes possui a malha urbana já consolidada, a qual deriva do período de sua formação, durante a época colonial; entretanto, vias estreitas e a pouca arborização que se encontram no centro do município não se encaixam nas necessidades desse século, trazendo consigo problemáticas que precisam ser revistas. Uma delas seria a união e equilíbrio entre a urbanização e o meio ambiente, que é essencial para que os indivíduos tenham uma vida mais saudável e feliz. Farr (2013), em sua obra aborda sobre o urbanismo sustentável, retrata que a falta de contato das pessoas com a natureza fez com que não enxergássemos os danos que causamos ao planeta.

Dessa forma, buscar meios e soluções sustentáveis já não é mais uma novidade e, sim, uma necessidade. É preciso que exista uma preocupação com o natural e que a população desperte a consciência de cuidado e preservação. Nesse contexto, utilizar de requalificação urbana torna-se o ideal, Silva (2011), da Comunidade Internacional SIRCHAL, esclarece sobre esse conceito:

A requalificação urbana visa a melhoria da qualidade de ambiente e de vida nas cidades, e envolve a articulação e integração de diversas componentes como, por exemplo, a habitação, a cultura, a coesão social e a mobilidade. [...] O território, o patrimônio e o ambiente têm de assumir o papel de elementos estratégicos e decisivos que contribuem para a promoção um novo paradigma de mudança baseado no planejamento e na sustentabilidade (Silva, 2011: 6).

Aliando desenvolvimento às responsabilidades social, sustentável e histórica em Mogi das Cruzes, esse artigo pretende abordar a importância dos espaços livres, públicos e/ou privados, subutilizados na região central do

município para mitigar problemas ambientais, por meio de embasamento da metodologia do QUAPÁ-SEL (Quadro da Paisagem- Sistemas de Espaços Livres), estudos de caso de requalificações urbanas e, também, a partir de uma percepção territorial e estudos utilizando visitas técnicas, mapas e a lei vigente de uso e ocupação do solo.

2. A Importância dos Espaços Livres

Tratando-se de uma localidade já urbanizada, onde a maioria dos terrenos estão edificados, os espaços livres entram como um plano para a cidade. Para abordar as questões envolvidas, antes se faz necessária a compreensão do que são os espaços livres, e Lima (1994) esclarece sobre a essência do tema:

Considera-se que os espaços livres podem ser divididos em: áreas livres privadas, potencialmente coletivas ou públicas. Sendo denominados espaços livres de uso público, as áreas cujo acesso da população é livre. Entre os espaços livres, temos assim as áreas verdes, onde há o predomínio de vegetação arbórea, e que englobam as praças, os jardins públicos, os parques urbanos, os canteiros centrais e trevos de vias públicas, todos com função estética e ecológica (Lima, 1994: 539).

A partir da metodologia desenvolvida pelo QUAPÁ-SEL (Quadro da Paisagem- Sistemas de Espaços Livres), verifica-se que os Sistemas de Espaços Livres são o conjunto de áreas não edificadas, independente se são públicos ou privados e, juntamente com a sua utilização e as edificações, formam a paisagem da cidade. Em muitos casos, verifica-se que essas áreas estão subutilizadas ou não possuem uma função exata dentro do município.

**3º SIMPÓSIO
DE PLANEJAMENTO URBANO
2019**

O DESENHO DA CIDADE
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Quapá - "Quadro do Paisagismo no Brasil" que é uma rede nacional de pesquisadores ancorada na FAU-USP, cujo objetivo é desenvolver estudos sobre o sistema de espaços livres e as paisagens das cidades brasileiras. A rede articula pesquisas, elabora e compartilha análises que visam contribuir para o aprimoramento das políticas públicas, planos e projetos urbanos, que busquem a qualificação dos espaços livres e das formas urbanas.

OFICINA - QUAPÁ SEL
25 e 26/04 - 9h00 às 17h00

Prof. Dr. Fábio Mariz
Local: Teatro Manoel Bazzera de Melo (Bazzerão)

Inscrições para a oficina
até 23/04 pelo QR CODE

Fig. 02 Banner da Oficina QUAPÁ SEL. Fonte: (Universidade de Mogi das Cruzes, 2019.)

Baseando-se nas discussões e aprendizados obtidos de livros como o *Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil*, e da oficina que participamos realizada nos dias 25 e 26 de abril de 2019, na Universidade de Mogi das Cruzes, oferecida pela equipe do QUAPÁ-SEL, visualiza-se que para esse método de estudos é necessária a captação de informações suficientes para compreender a dinâmica dos espaços livres naquela determinada área, sabendo que podem existir variantes, que mudam de cidade para cidade, e que são fundamentais para o estudo, como uso e ocupação do solo, adensamento construtivo e temperatura.

Como diretriz de transformação do Sistema de Espaços Livres de uma cidade ou bairro, é necessário considerar as diferentes dinâmicas de apropriação do espaço público. Os critérios de distribuição e articulação entre os espaços depende, da sua localização na cidade, das densidades construídas e populacionais do suporte físico. (Silva, 2014: 20)

Visando a importância dos espaços livres e do meio ambiente nos centros urbanos, e estando em um contexto em que há poucos terrenos que não são cobertos por alguma construção, esse Sistema de Espaços Livres atrelado a políticas públicas pode melhorar a questão ambiental da área, desde que bem utilizado. As autoras Lima, Oliveira e Silva (2014) citam sobre o mau uso desses espaços:

projetos de reduzida qualidade paisagística e urbanística e o despreparo das equipes técnicas na criação, execução e manutenção intensificam a precariedade dos sistemas de espaços livres. Por exemplo, obras viárias de porte via de regra não são conjugadas com intervenções paisagísticas. Surgem redes de ciclovias com quase nenhuma vinculação com o subsistema de áreas de recreação importantes das cidades.” (Lima, Oliveira e Silva, 2014: 26)

Um exemplo de um espaço livre público subutilizado era a Praça Victor Civita, em Pinheiros, no estado de São Paulo – Brasil, anteriormente ocupada por um incinerador de lixo, que foi desativado na década de 1990. Hoje em dia, o espaço abriga um exemplar de revitalização ambiental que, além de beleza, traz lazer, cultura e conforto aos seus usuários e, ainda, tornou-se um respiro verde no centro de Pinheiros.



Fig. 03 Praça Victor Civita antes da Revitalização Urbana. Fonte: (Ricardo Vendramel/SECOM, 2007.)



Fig. 04 Praça Victor Civita após Revitalização Urbana. Fonte: (Nelson Kon, 2007.)

É por meio desses exemplos, assim como os parâmetros defendidos pelo QUAPÁ-SEL, que pretendemos identificar os espaços livres do perímetro selecionado, por meio da realização de peças gráficas e imagens, buscando entender as problemáticas da região, envolvendo também questões ambientais e, por fim, explorar os potenciais que esses espaços livres possuem e os benefícios que gerariam para a cidade e seus usuários, através de propostas preliminares que visam medidas sustentáveis, gerando uma preocupação e consciência ambiental mais concretas, através da proximidade e maior conexão com o meio natural e suas riquezas.

3. Município de Mogi das Cruzes

Mogi das Cruzes foi idealizada no período colonial e, até os dias de hoje, apresenta traços daquela época. Sua história é devesas importante para o contexto desse trabalho, pois é a partir de estudos das necessidades urbanísticas de antigamente e de seus costumes que é possível compreender, por completo, a situação atual da cidade. Na Fig. 1 verifica-se a linha do tempo de Mogi, segundo historiadores como Campos (1978) e Moraes (2010).



Fig. 05 Linha Cronológica de Mogi das Cruzes. Fonte: (Elaboração própria, 2020).

É possível verificar o crescimento do perímetro urbano de Mogi das Cruzes na Fig. 5, simbolizado pela cor vermelha, entre os anos 1953 e 2016. Analisando as transformações ocorridas, é possível concluir que o município teve um alto crescimento ao longo dos anos, que se procedeu ao longo do Rio Tietê, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990. Isso contribuiu mais ainda para a fragmentação da paisagem e o afastamento das serras do Itapeti e do Mar; também se justifica o adensamento construtivo encontrado, principalmente, no centro do município.

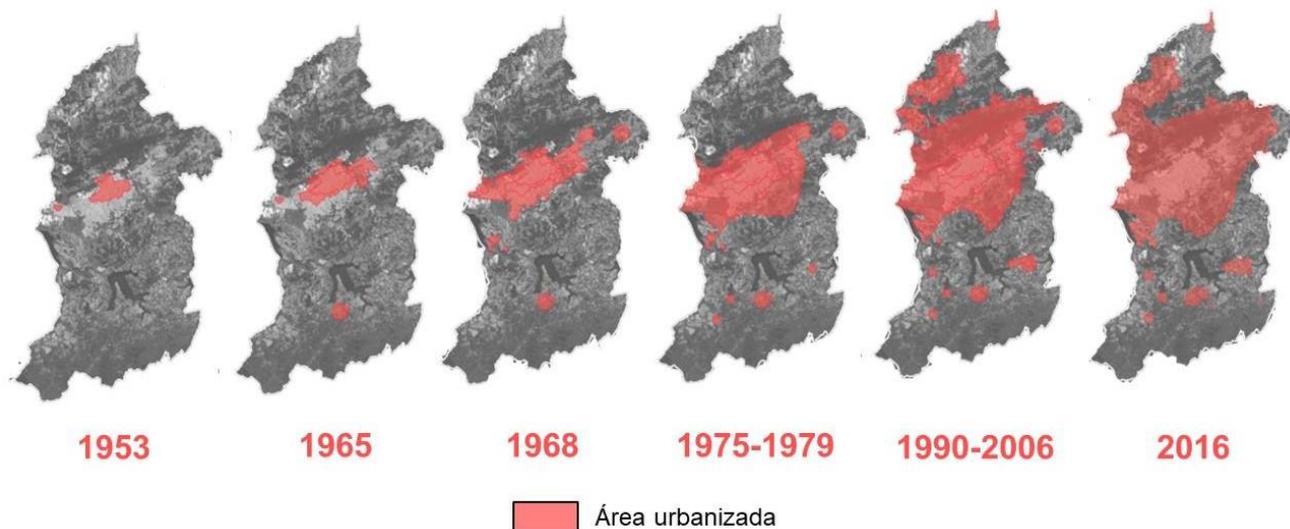


Fig. 06 Crescimento do perímetro urbano entre 1953 a 2016. Fonte: (Prefeitura do município de Mogi das Cruzes, 2018.)

O rápido e alto crescimento da malha urbana mogiana, juntamente com o distanciamento da área verde e a carência de elementos vegetativos, acarretaram em um centro urbano denso, árido e pouco receptivo aos seus usuários. A Fig. 6 demonstra a mancha de temperatura na área central do município, que ocasiona as ilhas de calor, um conflito encontrado por conta dessa falta de vegetação.

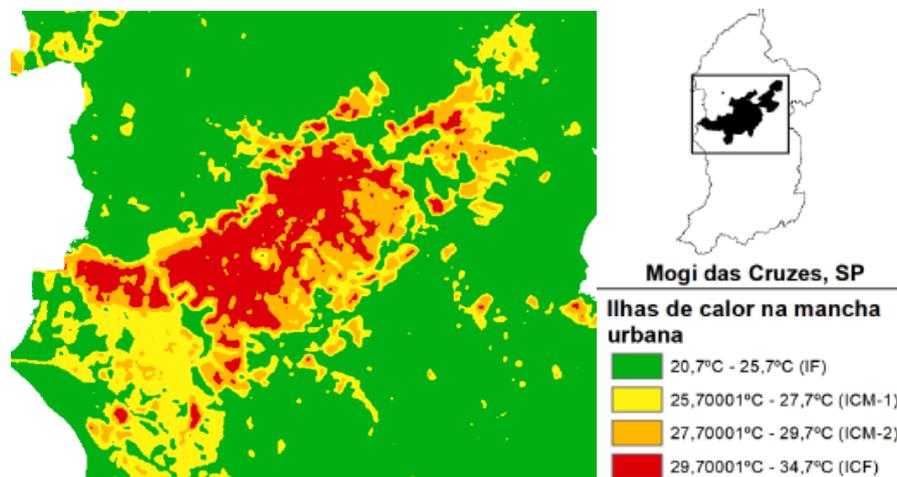


Fig. 07 Ilhas de Calor na Mancha Urbana Central de Mogi das Cruzes. Fonte: (Plano Diretor de Mogi das Cruzes, 2018.)

O trabalho visa o estudo e análise do perímetro localizado em uma zona especial de centro urbanístico da cidade, e um dos trechos mais adensados para Mogi das Cruzes. A área de estudo está localizada na área central da cidade, mais especificamente no Centro Histórico e Tradicional do município. Um exemplo notável é a Igreja 1ª. e 3ª. Ordem dos Carmelitas, um dos principais pontos e único monumento na região que está tombado. De tecido urbano consolidado, e malha regular, alguns dos edifícios são de estilo colonial, e eclético, com no máximo dois ou três pavimentos, as ruas e calçadas são estreitas, pensadas para atender a circulação de carroças e cavalos no período colonial.

Esta vilazinha apresenta mais ou menos a forma de um paralelogramo. As ruas são bem largas, mas de casario pequeno e bem feio. No largo principal, que é quadrado, contam-se diversos sobrados, mas não mais bonitos do que os outros prédios. A igreja paroquial ocupa um dos lados da praça. É bastante grande, mas mal ornamentada (Saint-Hilaire, 1974: 84).

Hoje concentra a maior parte das atividades dedicadas ao setor terciário, portanto, diariamente recebe um número muito alto de indivíduos advindos não apenas do próprio Município, mas de todo o Alto Tietê Cabeceiras. Pelas características, e por ser um reduto histórico que expressa o período de colonização do Brasil, a sua preservação e requalificação torna-se mais preponderante.

Ora, se o patrimônio cultural nacional, uma vez reconhecido através da preservação, é bem de interesse da coletividade, pode-se inferir que esta comunidade de cidadãos passa a ter o direito público subjetiva de tê-lo protegido (Castro, 1991: 69).

Manter a história viva e protegê-la faz-se necessário, fica evidenciado que as transformações ocorridas ao longo dos anos descaracterizaram o Centro Histórico e Tradicional e o tornou pouco funcional, não acolhendo as necessidades da população quanto às questões que envolvem espaços públicos acessíveis e convidativos para o estar e conviver.

4. Área de Estudo

Assim como o autor Swaffield (2002) coloca em uma observação de sua obra, e exalta a importância de valores como a preservação histórica e seus assuntos correlacionados, em nossa pesquisa também ressaltamos a relevância e o valor que a história tem para uma cidade e seu desenvolvimento.

Pela primeira vez na história, a forma da palavra que se desdobra expressa o materialismo coletivo em vez da religião prescrita. Nos países avançados, o indivíduo está envolvendo suas crenças pessoais em sua própria casa. A maior ameaça à sua existência não é, não pode ser o comercialismo, ou guerra, ou poluição, ou ruído, ou consumo de recursos de capital, ou mesmo a ameaça de extinção de fora, mas sim a cegueira que segue a pura falta de apreciação e as consequências da destruição desses valores na história que juntos são simbólicos de uma única grande ideia (Swaffield, 2002: 82).

Por conta disso, foi escolhido um perímetro localizado na área central da cidade de Mogi das Cruzes, local que apresenta alta densidade construtiva, baixa presença de vegetação e pontos históricos muito importantes, recheados de conteúdo e traços consagrados que fazem parte do crescimento e identidade da cidade. Olhando dessa forma, a tentativa de explorar os potenciais da área preservando a tradição, memória e história do município se faz notória e reverente, junto da integração de áreas verdes explorando os espaços livres, visando transformá-los em espaços públicos de qualidade.

A área de estudo está localizada na área central de Mogi das Cruzes, mais especificamente no Centro Histórico e o Centro Tradicional do município. A análise do perímetro foi entre dois trechos: trecho A, que representa o Centro Histórico da cidade e está representado em roxo; e o trecho B, que representa o Centro Tradicional de Mogi e está representado em rosa, cada qual com seus respectivos pontos relevantes e interdependentes.

Para auxílio no estudo e compreensão deste perímetro, ainda fazendo parte da metodologia do estudo, foi pertinente a coleta de imagens dos trechos analisados e escolhidos, sendo elas assim importantes para um melhor entendimento das áreas representadas pelos Centro Histórico e Centro Tradicional de Mogi das Cruzes, assim como compreender a situação mais atual desses espaços.

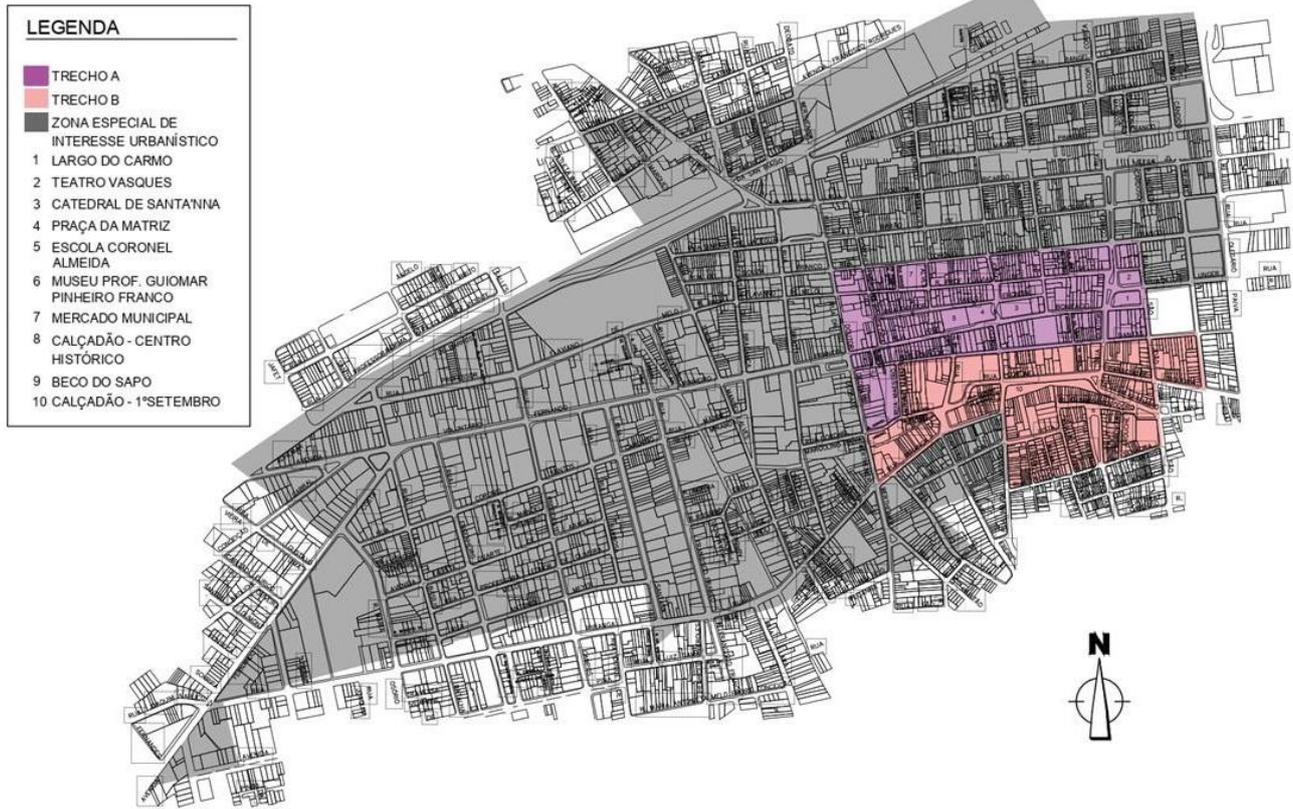


Fig. 08 Perímetro de Estudo. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)

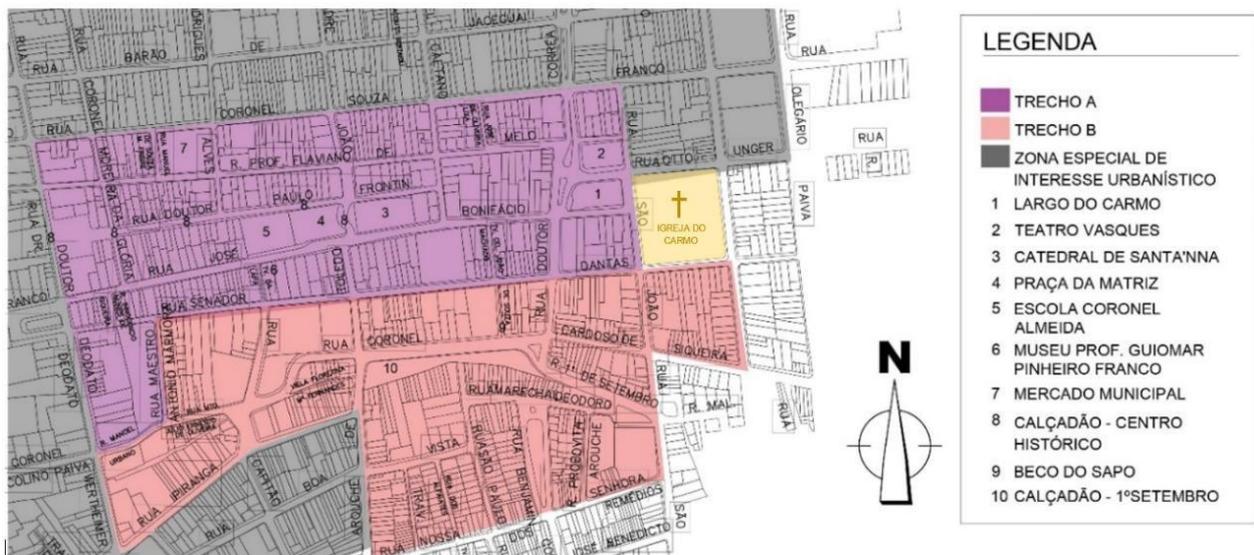


Fig. 09 Perímetro de Estudo Ampliado. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)

O perímetro compreende-se em: Trecho A, que percorre as ruas Coronel Souza Franco, Deodato Wertheimer e a São João, e encontra-se com o Trecho B nessas duas últimas ruas e na Senador Dantas; já o Trecho B percorre, além das citadas, as ruas Ipiranga, Major Arouche de Toledo e a Nossa Senhora dos Remédios.

A Igreja 1ª. e 3ª. Ordem dos Carmelitas, conhecida popularmente como Igreja do Carmo, já mencionada anteriormente, pela sua grande relevância e importância, simbolizado com uma cruz na Fig. 9, é um dos principais pontos de tecido urbano consolidado, e malha regular, alguns dos edifícios são de estilo colonial, e eclético, com no máximo dois ou três pavimentos, as ruas e calçadas são estreitas pensadas para atender a circulação de carroças e cavalos no período colonial.

Pelas características e por ser um reduto histórico que expressa o período de colonização do Brasil, a sua preservação e requalificação torna-se mais preponderante, porém sem adaptando-se a realidade atual, onde muitos passam durante o dia para trabalhar, fazer compras e passear.

4.1 Análise do “Trecho A” – Centro Histórico

A área estudada A está localizada no coração da cidade, representando o Centro Histórico, graças aos pontos e construções históricas do município. Suas principais vias dessa região são a Rua José Bonifácio, a Rua Coronel Souza Franco, a Rua Braz Cubas e a Rua Dr. Deodato Wertheim. Alguns dos pontos importantes dessa região são Mercado Municipal, Largo do Carmo, Teatro Vasques, Catedral de Santa’anna, Praça da Matriz e Museu Professora Guiomar Pinheiro Franco. Esse trecho encontra-se próximo a um monumento tombado, a Igreja 1ª. e 3ª. Ordem dos Carmelitas, conhecida popularmente como Igreja do Carmo.



Fig. 10 Perímetro de Estudo, Trecho A. Fig. 10 Trecho A. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)

4.2 Análise do “Trecho B” – Centro Tradicional

A área B pertence e representa o Centro Tradicional de Mogi das Cruzes, dando enfoque ao Largo Primeiro de Setembro, trecho que exprime grande relevância histórica para a cidade, apresentando também grande potencial para o estudo de Sistemas de Espaços Livres (SEL). Além do famoso calçadão do Largo Primeiro de Setembro, também temos como ponto importante o Beco do Sapo, uma travessa que interliga os dois trechos. Suas principais vias são Rua Coronel Cardoso de Siqueira, Rua Ipiranga, Rua 1º de Setembro, Rua Marechal Deodoro, Rua Maestro Antônio Mármora e Rua São Paulo.

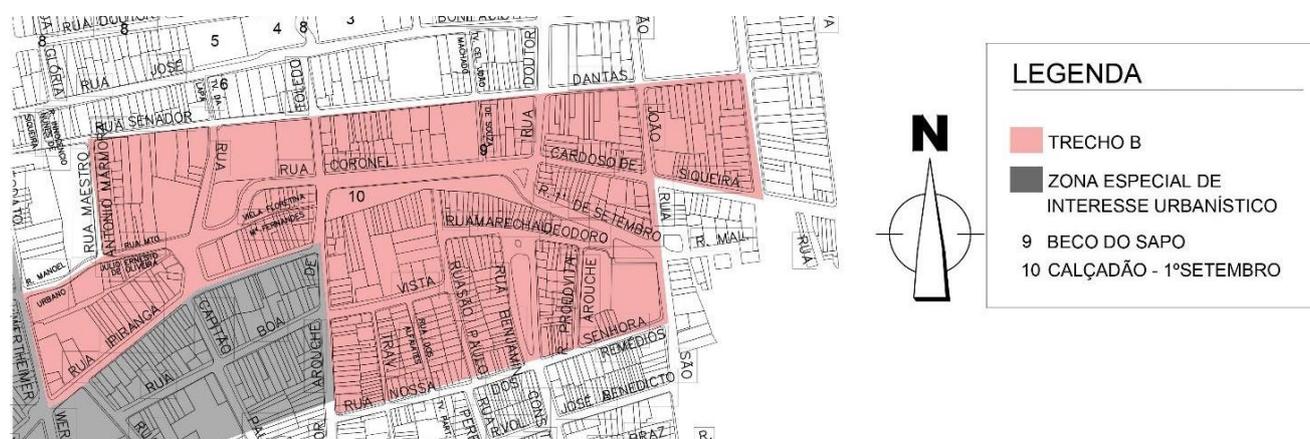


Fig. 11 Perímetro de Estudo, Trecho B. Fonte: (Autoria Própria, 2020.)

4.3 Legislação

A legislação municipal vigente, lei nº7.200 de 2016, regulamentada pelo Decreto Municipal nº16.291 de 2016, denomina o zoneamento na cidade de Mogi das Cruzes e determina que a área estudada é a Zona Especial de Interesse Urbanístico (ZEIU), ou seja, área destinada a projetos específicos que visem alcançar transformações urbanísticas estruturais, junto de melhorias econômicas e sociais, além de proporcionar a valorização ambiental e promover um maior adensamento com o intuito de aproveitamento da rede de infraestrutura prevista e instalada no local. O zoneamento ainda é dividido em partes: Zona Especial de Interesse Urbanístico 1A - ZEIU-1A; Zona Especial de Interesse Urbanístico 1B - ZEIU-1B e Zona Especial de Interesse Urbanístico 1C - ZEIU-1C.

Essa zona corresponde à área do Centro Tradicional Expandido, caracterizada como uma área com padrão de ocupação mais permissivo e flexível, em função de sua maior capacidade de infraestrutura urbana, a Zona Especial de Interesse Urbanístico 1B (ZEIU-1B) corresponde à área do centro tradicional, caracterizada como uma área intermediária de padrão de ocupação entre o centro expandido e o centro histórico, e a Zona Especial de Interesse Urbanístico 1C (ZEIU-1C) corresponde à área do centro histórico, caracterizada pela restrição ao padrão de ocupação para a área envoltória de tombamento do Conjunto do Carmo, visando assegurar a visibilidade e o destaque dos bens tombados. O perímetro estudado é considerado como uma Zona Especial de Interesse Urbanístico 1A e Zona Especial de Interesse Urbanístico 1C, envolvendo áreas do centro histórico e áreas do Centro Tradicional.

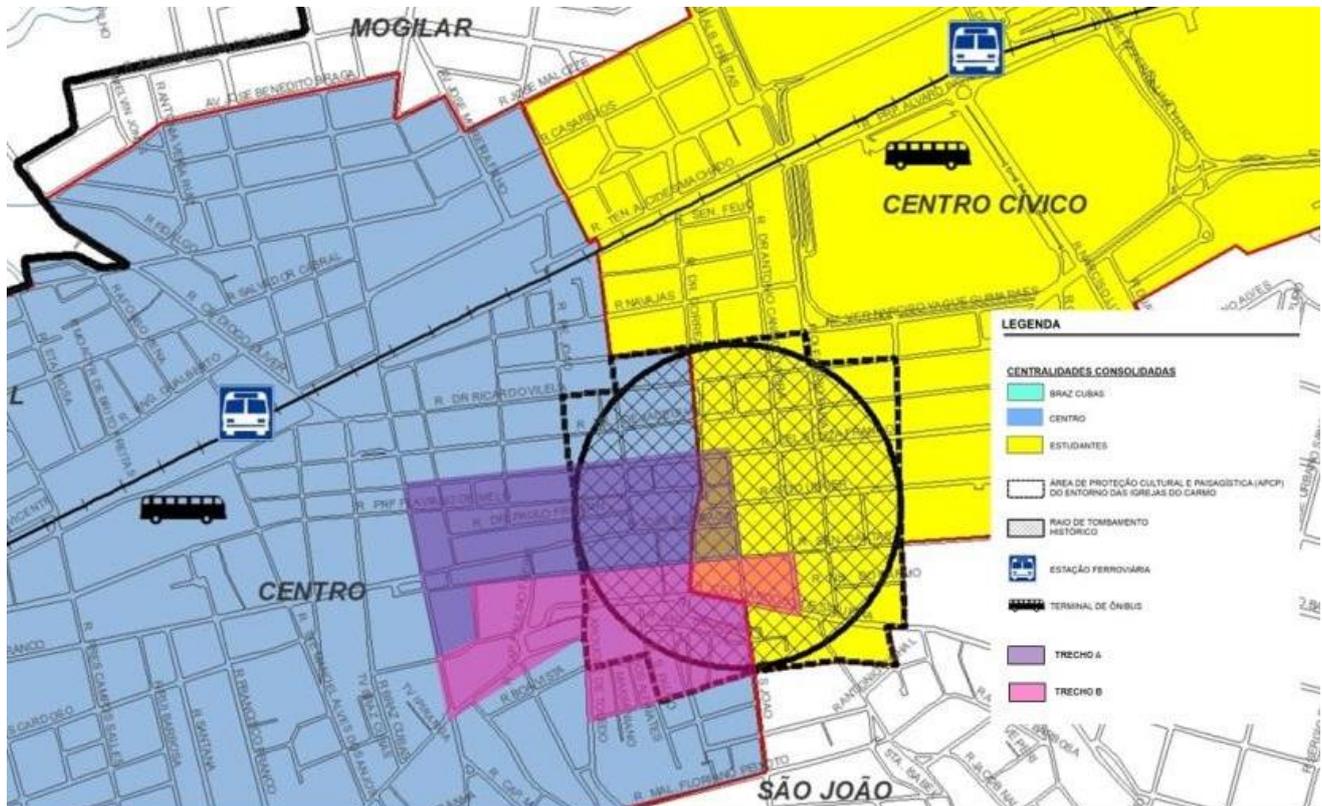


Fig. 12 Plano Diretor de Mogi das Cruzes – Centralidade. Fonte: (Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes, 2018.)

4.4 Adensamento da área

No perímetro estudado observa-se um grande adensamento, onde a maior parte das edificações são térreas, e as construções mais altas não excedem três pavimentos, com exceção da igreja matriz que possui quatro pavimentos, e a grande maioria das edificações serem muito rentes à calçada.

O adensamento da área central histórica e tradicional também desencadeou um fenômeno chamado ilhas de calor, mas em diferentes picos de calor em determinadas áreas do centro urbano, ou seja, a temperatura aumenta em áreas que existam uma grande quantidade ou concentração de concreto ou asfalto, e/ou pela poluição gerada pelo meio, e esta não permite que o calor formado se dissipe, e/ou também pela falta de vegetação arbórea, afetando a área e seus usuários.

4.4.1 Trecho A – Centro Histórico



Fig. 13 Adensamento encontrado no Trecho A. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)

4.4.2. Trecho B – Centro Tradicional



Fig. 14 Adensamento encontrado no Trecho B. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)

4.5 Espaços Livres

Os espaços livres possuem elevada importância para uma cidade pois, se bem distribuídos e planejados, junto a uma favorável divisão de funções, podem trazer melhorias ao lugar e aos seus usuários. Para a realização

do artigo foram realizadas investigações e observações sobre os espaços livres no perímetro escolhido, sua disposição e a função que estão hoje.

4.5.1 Trecho A – Centro Histórico

No trecho A, há apenas um espaço livre subutilizado caracterizado como propriedade particular, que é o estacionamento localizado na Rua José Bonifácio; os demais estão dentro de outros terrenos particulares, encontrados em jardins e áreas não cobertas. Além desses, encontra-se espaços públicos com potenciais voltados para esse trabalho como a Praça da Matriz e o Largo do Carmo.



Fig. 15 Espaços Livres presentes no Trecho A. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)



Fig. 16 Praça da Matriz. Fonte: (Google Maps, 2018.)



Fig. 17 Estacionamento localizado na Rua José Bonifácio. Fonte: (Google Maps, 2018.)



Fig. 18 Largo do Carmo. Fonte: (Google Mapas, 2018.)

4.5.2 Trecho B – Centro Tradicional

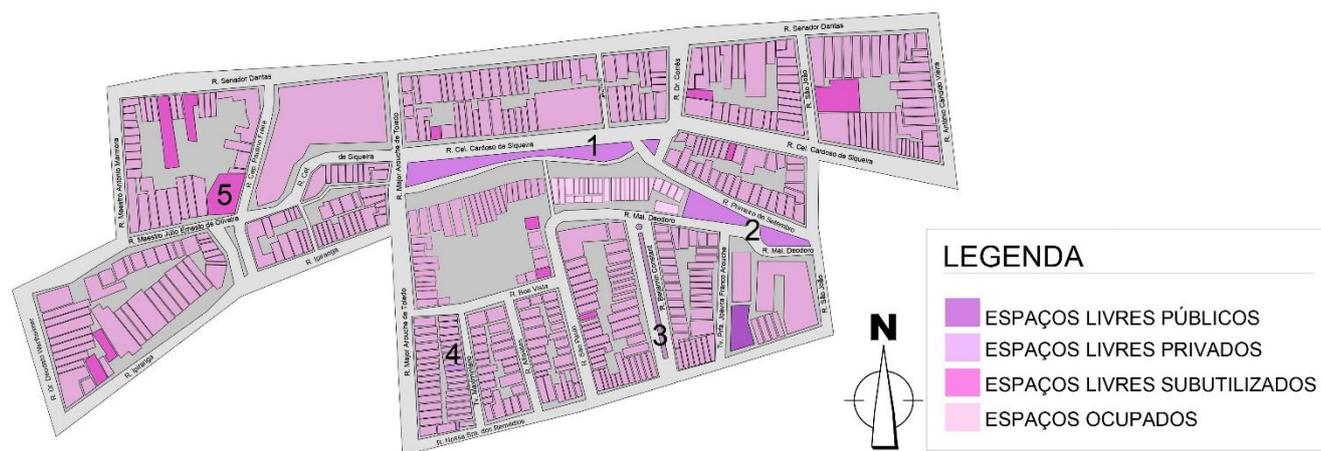


Fig. 98 Espaços Livres presentes no Trecho B. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)

No Trecho B, entre os espaços livres encontrados foram escolhidos cinco para representar as categorias indicadas: o primeiro, o segundo e o terceiro são exemplos de espaços livres públicos, ilustrando, respectivamente, os seguintes elementos: o Largo Primeiro de Setembro, os canteiros da Rua Primeiro de Setembro, o canteiro da Rua Benjamin Constant, o quarto ilustra um espaço livre privado localizado na Tv.

Maximiniano, e o quinto ilustra um espaço livre subutilizado, representado por um estacionamento entre as ruas Maestro Júlio Ernesto de Oliveira e Cap. Paulino Freire.



Fig. 20 Espaço Livre Público, Largo Primeiro de Setembro. Fonte: (Google Maps, 2018.)



Fig. 21 Espaço Livre Público, Canteiros da Rua Primeiro de Setembro. Fonte: (Google Maps, 2018.)



Fig. 22 Espaço Livre Público, Canteiro da rua Benjamin Constant. Fonte: (Google Maps, 2018.)



Fig. 23 Espaço Livre Privado. Fonte: (Google Maps, 2015.)



Fig. 24 Espaço Livre Subutilizado, Estacionamento. Fonte: (Google Maps, 2018.)

4.6 Vegetação

Lombardo (1985) aborda, em sua obra, as consequências de uma intensa verticalização e uma baixa presença de vegetação, que seria a diferença de temperatura encontrada, normalmente na área central de uma cidade, comparada à sua área periférica, acarretado devido à grande emissão de poluentes na atmosfera.

Essa situação não é diferente com a área central de Mogi das Cruzes, a ausência de vegetação é evidente, dando lugar às construções que abrigam, em sua maioria, edificações de comércio e serviços, e suas vias estreitas recebem mais e mais movimento de veículos, ainda assim existem espaços em que encontramos alguma vegetação na paisagem urbana, e estes estão nos espaços livres públicos. É notável que a área central possui locais a serem mais bem explorados, ajudando com a integração com o meio natural e seus benefícios, assim como os autores Campos, Custório, Galender, Queiroga e Macedo (2018) expressam

assim o ambiente, entendido em sua complexidade não é apenas suporte da sociedade, mas ao mesmo tempo integra dialeticamente o processo social, é condição para a existência da sociedade, ao mesmo tempo que é condicionado pelas relações sociais em interação com os fenômenos do suporte biofísico (Campos, Custório, Galender, Queiroga e Macedo, 2018: 28).

4.6.1 Trecho A – Centro Histórico

No perímetro do centro tradicional, encontramos poucos espaços com vegetação, o mais relevante encontrado no estudo seria no Largo do Carmo, espaço da Igreja Matriz, sendo ela abrigada por uma praça e pela vegetação existente nela.



Fig. 25 Mapa de Vegetação do Trecho A. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)



Fig. 26 Largo do Carmo. Fonte: (Google Maps, 2018.)

4.6.2 Trecho B – Centro Tradicional

No trecho do centro tradicional da cidade, existem três áreas mais relevantes para o estudos, sendo estes três espaços livres públicos, o primeiro localizado no Largo Primeiro de Setembro, data de independência da cidade, já os espaços 2 e 3 podem ser considerados como canteiros que abrigam vegetação, contribuindo também para a paisagem urbana e interação entre meio urbano e natural.



Fig. 27 Mapa de Vegetação do Trecho B. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)



Fig. 28 Espaço Livre Público, Largo Primeiro de Setembro. Fonte: (Google Maps, 2018.)

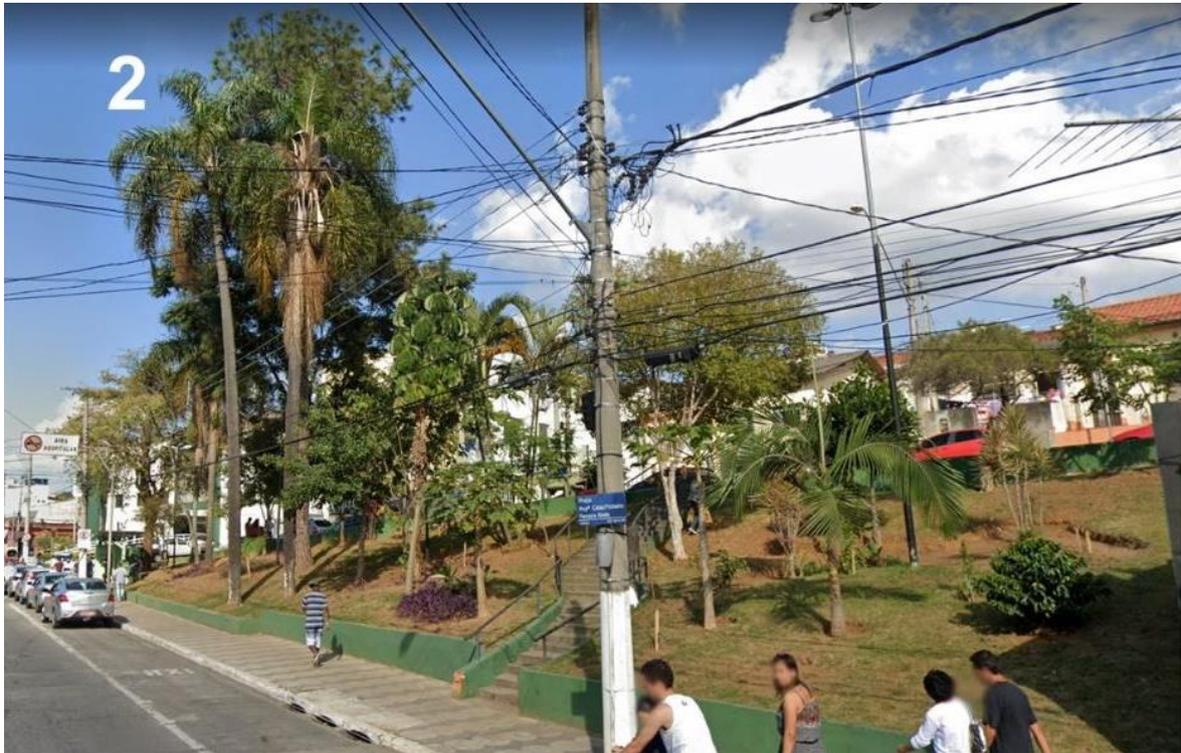


Fig. 29 Espaço Livre Público, Canteiros da Rua Primeiro de Setembro. Fonte: (Google Maps, 2018)

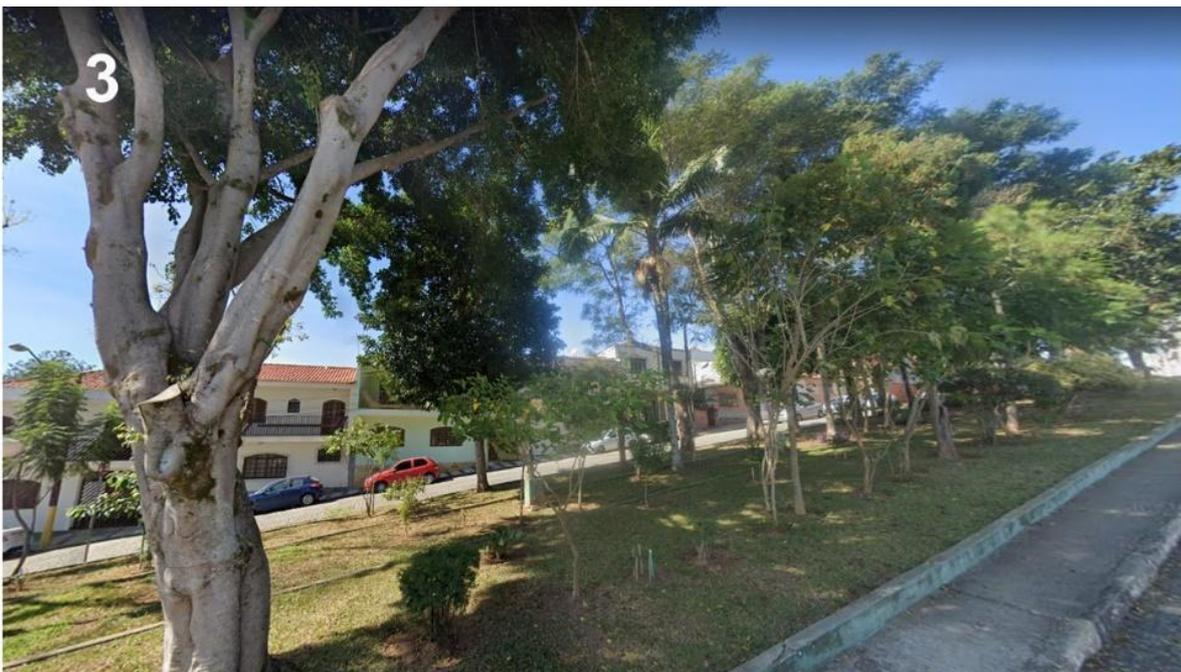


Fig. 30 Espaço Livre Público, Canteiro da Rua Bejamin Constant. Fonte: (Google Maps, 2020.)

5. Potenciais e Propostas

A partir dos estudos e análises realizados, identificaram-se potenciais para a área, apesar do alto adensamento e do reduzido espaço para aplicação de vegetação. Assim, previmos medidas e propostas limiadas viáveis para auxiliar na requalificação ambiental da área e mitigação das ilhas de calor existentes.

No trecho A, é possível implantar calçadas e pisos drenantes para auxiliar na permeabilidade do solo, prever telhados verdes intercalados no percurso do calçadão que faz parte do centro histórico da cidade e usar os espaços livres como as praças e os terrenos particulares subutilizados para uma requalificação, inspirando-se no modelo do QUAPÁ-SEL/FAUUSP, arborizando-os e colocando piso drenante. A vegetação, além melhorar as condições climáticas do espaço, ajudando a minimizar as ilhas de calor, também servirá como forma de captação de águas pluviais, auxiliando na drenagem e nos problemas com enchentes.



Fig. 31 Simulação de Propostas de Telhado Verde para o Trecho A. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)

No trecho B, como medida, uma previsão de requalificação urbana, também baseado no modelo do QUAPÁ-SEL/FAUUSP, com a aplicação de piso drenante no calçadão encontrado na Praça Primeiro de Setembro, além da revegetação dessa área e implantação de jardins de chuva, em que estes contribuirão para a captação, limpeza e drenagem das águas pluviais. Também é possível a implantação de um corredor verde interligando o Largo Primeiro de Setembro com o Largo do Carmo através da arborização e revitalização do Beco do Sapo seguindo até a Igreja do Carmo.



Fig. 32 Simulação de Propostas para o Trecho B. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)

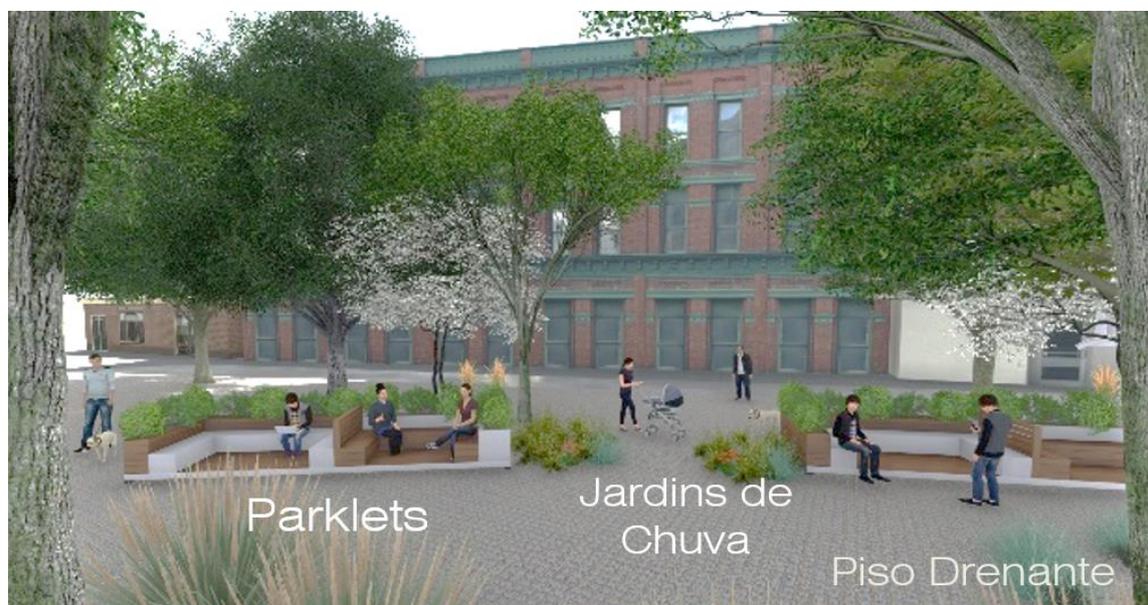


Fig. 33 Simulação de Propostas para o Trecho B. Fonte: (Elaboração Própria, 2020.)

Além das medidas e propostas apresentadas e parcialmente desenvolvidas, assim como comenta Campos Filho (2016), cabe ao planejamento urbano, junto com a população, refletir sobre o crescimento da cidade, aliando necessidade, funcionalidade, bem-estar e meio ambiente, criando consciência das consequências e o

impacto de cada edificação ou espaço previsto, para que dessa forma pensar no espaço e o senso de preocupação com este se tornem algo natural dentre as populações e profissionais.

6. Considerações Finais

No contexto apresentado, o centro histórico e o centro tradicional de Mogi das Cruzes, que é, também, o centro comercial da cidade, percebe-se que, uma vez que o município carrega características históricas, não atende às demandas atuais por expansão, crescimento e desenvolvimento. A situação, tendendo a um certo colapso em sua malha urbana, encontra-se tramas na área central como uma alta densidade construtivo atrelado a vias estreitas e um grande fluxo de usuários, além também da pouca vegetação, causando problemáticas como ilhas de calor.

A partir de análises através da percepção territorial da região, mapeamento e estudos de casos, foi possível compreender a dinâmica do município e identificar esses conflitos, assim como apresentar possíveis soluções para mitigá-los. Tendo em vista que a natureza traz para o meio urbano a sensação de conforto e bem-estar, tanto estético quanto ambiental, tornando o espaço agradável e, também, tendo em vista o desenvolvimento da cidade, a requalificação ambiental proposta visa conciliar esses pontos e, ainda, manter a memória histórica da cidade.

Cabe as soluções apresentadas um objetivo, assim como Malta (2001) comenta, o planejamento urbano junto com a população precisa refletir sobre o crescimento da cidade, aliando necessidade, funcionalidade, bem-estar e meio ambiente, criando consciência das consequências e o impacto de cada edificação ou espaço previsto, para que dessa forma pensar no espaço e o senso de preocupação com este se tornem algo natural dentre as populações e profissionais.

7. Bibliografia

7.1 Artigos

GALENDER, F. C. (1982). Considerações sobre a conceituação sobre espaços públicos. Paisagem e Ambiente: Ensaios. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP. Fonte: <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133743/129645> (Acesso 04/12/2019)

GATTI, S.; ZANDONADE, P. (2017). Espaços Públicos, Leitura Urbana e Metodologia de Projeto: dos pequenos territórios às cidades médias. São Paulo: ABCP. Fonte: <https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Espacos-Publicos-Leitura-Urbana-e-Metodologia-de-Projeto.pdf> (Acesso 02/07/2020)

SHAMS, GIACOMELI, SUCOMINE. (2009). Emprego da Arborização na Melhoria do Conforto Térmico nos Espaços Livres Públicos. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP. Fonte: http://silvaurlba.esalq.usp.br/revsbau/artigos_cientificos/artigo71.pdf (Acesso 15/07/2020)

SILVIA, A. M. R. (2011). Requalificação urbana: O exemplo da intervenção Polis. Portugal: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Fonte: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/19941> (Acesso 15/07/2020).

7.2 Livros

CAMPOS FILHO, C. M. (2016). Reinvente Seu Bairro. Editora 34.

CAVALHEIRO, F e NUCCI, J. C. (1998). Espaços livres e qualidade. Paisagem e Ambiente: Ensaio. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP.

DEL RIO, V. (1999). Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. São Paulo: PINI.

FARR, D. (2013). Urbanismo Sustentável: Desenho Urbano com a Natureza. Editora Bookman.

GASPARINI JR., R. A; FONT ES, M. S. G. C. Influência das características microclimáticas nos usos de espaços públicos da cidade de Bauru-SP: O caso do Parque Vitória Régia. Relatório Final (Iniciação Científica) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". 48p. Bauru, 2002.

HERZOG, C. (2013). Cidades para Todos: (RE)aprendendo a Conviver com a Natureza. Rio de Janeiro: Mauad X.

JACOBS, J. (2000). Morte e vida das grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes.

LAMAS, J. M. (1993). Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulheran.

LIMA, V.; OLIVEIRA, L.; SILVA, M. (2014). Os Sistemas de Espaços Livres e a Urbanidade: Um Diagnóstico da Cidade De Natal. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP.

LOMBARDO, M.A. Ilhas de calor nas metrópoles: o exemplo da cidade de São Paulo, São Paulo, Hucitec, 1985. 244p.

LYNCH, K. (1997). A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes.

MACEDO, S. S. QUEIROGA, Eugenio Fernandes. CAMPOS, Ana Cecília de Arruda. GALENDER, Fany. CUSTÓDIO, Vanderli (2018). Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil. São Paulo: Edusp.

QUEIROGA, E. F.. ET al. (2011). Notas gerais sobre o Sistema de Espaços Livres da cidade brasileira. In: CAMPOS, A. ET al (Org.). Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP.

SANTOS, M. (1996). A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec.

SIRVINSKAS, L. P. (2011). Tutela Penal do Meio Ambiente. 4º Edição. São Paulo: Saraiva.

SWAFFIELD, S. (2002). Theory in Landscape Architecture: A Reader. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

TOJO, J. F. (2001). La ciudad y el medio natural. Madrid: Ediciones Akal.

7.2 Revistas

MACEDO, S. S. (1995). Paisagem Ambiente: Ensaio. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAUUSP.